

Caminhos e Descaminhos da Administração Pública no Brasil - Vol. 1

Rudy de Barros Ahrens
(Organizador)



Rudy de Barros Ahrens
(Organizador)

**CAMINHOS E DESCAMINHOS DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA NO BRASIL**

Atena Editora
2017

2017 by Rudy de Barros Ahrens

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto (UFPEL)

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho (UnB)

Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez (UDISTRITAL/Bogotá-Colombia)

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior (UEPG)

Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck (UNIOESTE)

Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza (UEPA)

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa (FACCAMP)

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior (UFAL)

Profª Drª Adriana Regina Redivo (UNEMAT)

Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua (UNIR)

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson (UTFPR)

Profª Drª Ivone Goulart Lopes (Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatric)

Profª Drª Lina Maria Gonçalves (UFT)

Profª Drª Vanessa Bordin Viera (IFAP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C183

Caminhos e descaminhos da administração pública no Brasil /
Organizador Rudy Ahrens. – Ponta Grossa (PR): Atena, 2017.
420 p. : 2.042 k bytes – (Administração Pública; v. 1)

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-40-0

DOI 10.22533/at.ed.4001209

Inclui bibliografia.

1. Administração pública - Brasil. I. Ahrens, Rudy. II. Série.

CDD-351.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Apresentação

A Administração Pública no Brasil caracteriza-se pelas circunstâncias de sua atuação, em um contexto mediado pelo poder e pela ação das empresas privadas e das organizações no âmbito da sociedade civil.

Esta mediação vem estimulando, nos últimos anos, os pesquisadores com o intuito da busca por melhorias ao estado, baseando-se na ideologia e crença de que é possível fazer a Gestão Pública acontecer.

O mencionado *ebook* reúne artigos científicos fruto de trabalhos e pesquisas realizadas na área de Administração com ênfase na Gestão Pública. Contando com 50 artigos, este foi dividido em 2 volumes, sendo no Volume 1 as subáreas de a) Finanças, Controladoria e Auditoria Pública; b) Educação Pública; c) Inovação Pública; d) Sustentabilidade Pública e e) Gestão de Pessoas e no Volume 2 com as subáreas de a) Planejamento e Gestão Pública; b) Políticas Públicas; e c) Compras e Licitações Públicas.

Os artigos a seguir foram desenvolvidos com o intuito de apresentar ao leitor experiências, conhecimento e informação, desejo assim uma boa leitura.

Rudy de Barros Ahrens

Sumário

Apresentação.....	03
--------------------------	-----------

Eixo 1 Finanças, Controladoria e Auditoria Pública

Capítulo I

A PERSPECTIVA DOS CONTADORES ANTE A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA CONTABILIDADE PÚBLICA A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2015: UM ESTUDO DESENVOLVIDO NO ÂMBITO DE UMA AUTARQUIA FEDERAL

Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, Luana Carvalho Araújo Pavão e Luiz Antônio Coêlho da Silva.....

08

Capítulo II

AUDITORIA INDEPENDENTE: UMA OBSERVAÇÃO DE SUA IMPORTÂNCIA

Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, George Tarcísio de Medeiros da Silva, Luana Carvalho Araújo Pavão e Luiz Antônio Coêlho da Silva.....

22

Capítulo III

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MUNICIPAL E O INTERESSE DA POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITAPEVA/SP

Adriano Augusto de Souza.....

37

Capítulo IV

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA FORMULAÇÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO NO MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA

Julio Candido de Meirelles Junior.....

55

Capítulo V

PROPOSIÇÃO DE EXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA SOB A ÉGIDE DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA, COM O USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

André Santos de Oliveira, José Eduardo Klems Ribeiro e Marco Antonio Harms Dias.....

72

Eixo 2 Educação Pública

Capítulo VI

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NAS ENTIDADES FEDERAIS DO BRASIL: A EXEMPLO- UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)

Regina Maria da Silva, Eliane Moreira Sá de Souza e Willer Luciano de Carvalho.....

89

Eixo 2 Inovação Pública

Capítulo VII

APLICAÇÃO DA TEORIA UTAUT NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Thiago Pacife de Lima, Sâmia Laise Manthey Benevides, Carolina Yukari Veludo Watanabe, Rosália Maria Passos da Silva e Tomás Daniel Menendez Rodriguez.....105

Capítulo VIII

INOVAÇÃO COMO FATOR DETERMINANTE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Cristina Ferreira Silva Pires, Luciane Santos Prado, Dayana Alves Ferreira e Luciana Peixoto Santa Rita.....122

Capítulo IX

INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS PREMIADAS NO CONCURSO INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA FEDERAL NOS ANOS 2011- 2014

Janaina Mendes de Oliveira e Rachel Kerber Gonçalves.....139

Capítulo X

INOVAÇÃO ORGANIZACIONAL COM FOCO NA TEORIA U: ESTUDO DE CASO EM UM INSTITUTO DE EDUCAÇÃO RURAL

Natália Talita Araújo Nascimento, Flávio de São Pedro Filho, Paulo Adriano da Silva e Ítalo de Paula Casemiro.....154

Capítulo XI

PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE ACERCA DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – NIT.

Patric Douglas Griseli, Luciano Castro de Carvalho e Aline Louise de Oliveira.....171

Eixo 4 Sustentabilidade Pública

Capítulo XII

A POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS TECNOLÓGICOS NA PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA.

Gislane Martins Silva de Abreu, Mariluce Paes de Souza e Osmar Siena.....187

Capítulo XIII

ANÁLISE DAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E DESEMPENHO DA REDE SENAC SANTA CATARINA

Citania Aparecida Pilatti Bortoluzzi, Simone Sehnem e David Rodrigo Petry.....205

Capítulo XIV

CULTURA DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

Cleide Vasconcelos Dantas, Dayana Alves Ferreira e Cláudio Zancan.....234

Capítulo XV

DIAGNOSTICO SOBRE O PROGRAMA BOLSA VERDE NO NORDESTE DO BRASIL

Emanuel Varela Cardoso, Bruno de Araujo Azevedo e Gilberto Rodrigues Carneiro.....252

Capítulo XVI

INDICADORES DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS: A PERCEPÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS EM CAICÓ-RN

Francisco Valmir Dias Soares Junior, Gênesis Miguel Pereira, George Tarcísio de Medeiros da Silva, Luana Carvalho Araújo Pavão e Márcia Celiary Rodrigues Medeiros.....267

Capítulo XVII

PROPOSTA DE INDICADORES PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS): PESQUISA-AÇÃO NO CINDACTA II

Luís Gustavo Carvalho e Eloy Fassi Casagrande Junior.....283

Capítulo XVIII

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NOS PREGÕES ELETRÔNICOS: ANÁLISE EM ÓRGÃO DO EXECUTIVO FEDERAL

Robson Gonçalves Chaparro, Marcelo Ribeiro Silva, Denise Aguenta Uechi, Rogério Elói Gomes Bezerra e Thiago Barreto Santos.....300

Capítulo XIX

USINAS SUCROENERGETICAS E OS IDHMs DAS CIDADES: UMA VISÃO PARA O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Daiane Pereira de Souza, Gabrielli do Carmo Martinelli, Anaysa Borges Soares e Claudia Maria Sonaglio.....320

Eixo 5 Gestão de Pessoas

Capítulo XX

AValiação DE DESEMPENHO PARA FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL E ESTÁGIO
PROBATÓRIO: UMA ANÁLISE NA ORGANIZAÇÃO PÚBLICA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL

Joyce Frade Machado e Geraldino Carneiro de Araújo.....336

Capítulo XXI

COMO ATENDER A ALTA DEMANDA DE TREINAMENTOS EM ORGANIZAÇÃO DE
GRANDE PORTE COM OTIMIZAÇÃO DE RECURSO

*Kátia Cristina Cabral Monteiro Galvão, Heliane Prata Sarmiento, Roquemar de Lima
Baldam e Thalmo de Paiva Junior.....351*

Capítulo XXII

criação E IMPLANTAÇÃO DE CARREIRAS NO SERVIÇO PÚBLICO: DESAFIOS E
SUCESSOS

*Paola Pinheiro Bernardi Primo, Marcelo Rosa Pereira e Francisco Caniçali
Primo.....365*

Capítulo XXIII

EDUCAÇÃO CONTINUADA COMO POLÍTICA DE ASCENSÃO PROFISSIONAL DA
MULHER NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

*Cesar Augusto Ilódio Alves, Elvira Aparecida Simões de Araújo e Adriana Leônidas
de Oliveira.....378*

Capítulo XXIV

MUDANÇA ORGANIZACIONAL E MELHORIA NO PROCESO DE AQUISIÇÃO DE BENS E
SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO

*Thayse dos Santos Fonsêca Pinheiro, Rodrigo de Lima Pinheiro, Luciana Peixoto
Santa Rita e Camila Karla Santos da Silva Valentino.....394*

Sobre o organizador.....406

Sobre os autores.....407

CAPÍTULO I

A PERSPECTIVA DOS CONTADORES ANTE A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA CONTABILIDADE PÚBLICA A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2015: UM ESTUDO DESENVOLVIDO NO ÂMBITO DE UMA AUTARQUIA FEDERAL

**Francisco Valmir Dias Soares Junior
Gênesis Miguel Pereira
Luana Carvalho Araújo Pavão
Luiz Antônio Coêlho da Silva**

**A PERSPECTIVA DOS CONTADORES ANTE A IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA
CONTABILIDADE PÚBLICA A PARTIR DO EXERCÍCIO DE 2015: UM ESTUDO
DESENVOLVIDO NO ÂMBITO DE UMA AUTARQUIA FEDERAL**

Francisco Valmir Dias Soares Junior

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN;
Mossoró - RN

Gênesis Miguel Pereira

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG;
Sousa - PB

Luana Carvalho Araújo Pavão

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG;
Sousa - PB

Luiz Antônio Coêlho da Silva

Universidade Federal de Campina Grande - UFCG;
Sumé - PB

RESUMO: Este trabalho foi desenvolvido objetivando identificar a expectativa dos Contadores de uma autarquia federal quanto à implementação das novas normas de Contabilidade Pública. Para isso, utilizou-se um questionário como instrumento de pesquisa, classificando-se essa pesquisa em descritiva e exploratória, sendo, também, um levantamento, apresentando abordagem quantitativa e qualitativa e tendo como sujeitos de pesquisa os contadores lotados nas Gerências Executivas da referida autarquia espalhadas por todo o Brasil. Os resultados obtidos mostram que há expectativas de melhorias na Qualidade e Transparência da informação contábil, assim como em sua fidedignidade. Enquanto que aspectos como Produtividade e Economicidade não despertam a mesma expectativa. Quanto às expectativas relativas ao profissional, destacou-se a Oportunidade de Aperfeiçoamento Profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade Pública, Expectativas, Evolução e mudanças, Plano de contas.

1. INTRODUÇÃO

Contabilidade Pública é um tema em constante evolução, sendo cada vez mais objeto de estudos como artigos, monografias, teses, livros, dentre outros. A mesma, como ramo da Ciência Contábil, está voltada a proporcionar aos seus usuários informações relevantes à tomada de decisões, à transparência e à instrumentalização do controle social.

A Contabilidade Pública no Brasil fora ao longo do tempo reconhecida comumente como orçamentária, ante sua dedicação a evidenciar praticamente apenas procedimentos ligados ao orçamento público, ao passo que na prática deixava procedimentos patrimoniais relegados a segundo plano. Com as políticas

internacionais mais recentes, promovidas, sobretudo, por organismos internacionais como o IFRS (*International Federation Reporting Standards*) e IFAC (*International Federation of Accountants*), diversos aspectos da Contabilidade sofreram mudanças, sendo a Contabilidade Aplicada ao setor público um dos que ganharam atenção.

Considerando o histórico desse ramo da Contabilidade no Brasil, qual a expectativa dos contadores de uma autarquia federal ante a obrigatoriedade da aplicação das novas disposições da Contabilidade Pública a partir do exercício de 2015?

Essa pesquisa tem como objetivo geral identificar a expectativa dos Contadores de uma autarquia federal quanto à aplicação das novas normas de Contabilidade, inclusive o novo plano de contas e demais adaptações dos sistemas de informações, tendo por objetivos específicos: identificar o perfil dos participantes (respondentes); analisar suas expectativas quanto às principais mudanças como, por exemplo, as relativas ao novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP e analisar suas expectativas quanto à qualidade agregada à informação contábil frente à implementação das referidas mudanças.

Diante da nova postura que vem adotando a Contabilidade Pública recentemente, este estudo se justifica pela relevância do assunto em termos intrínsecos, por apresentar a proposta de analisar o ponto de vista de diversos profissionais que atuam na área em todo o país quanto às dificuldades, desafios e perspectivas em relação às mudanças anteriormente anunciadas, mas apenas agora implementadas. O conhecimento de tais perspectivas pode desencadear outras pesquisas no âmbito de outros órgãos, poderes ou regiões, contribuindo para o desenvolvimento técnico-científico e profissional dos que desenvolvem atividades relacionadas à Contabilidade Pública.

2. CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Segundo Assumpção (2011, p. 24) Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da Ciência Contábil responsável pelo estudo, registro, interpretação e controle de atos e fatos da administração pública. Segundo o mesmo autor, o entendimento a respeito da Contabilidade Pública inclui a análise e interpretação da legislação aplicável a sua matéria.

O conceito adotado pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público é semelhante aos supracitados, segundo o qual a “Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público”. (NBC T 16.1).

O objetivo desse ramo da Ciência Contábil guarda inteira ligação com esta, uma vez que busca fornecer informações úteis aos seus usuários a respeito do objeto estudado (o patrimônio público). De acordo com a NBC T 16.1, seu objetivo abrange aspectos orçamentários, financeiros, econômicos e físicos do patrimônio

público, o processo de prestação de contas e, dentre outros, a instrumentalização do controle social (fornecimento de informações a sociedade a fim de que esta possa exercer o controle social).

2.1 Breve abordagem sobre a evolução da Contabilidade Pública no Brasil

No cenário nacional a abordagem da evolução da Contabilidade, independentemente do enfoque adotado, é frequentemente objeto de pesquisas, seja na área pública, privada, docência, ou qualquer outra. Passando aos aspectos da evolução da contabilidade pública no Brasil, percebe-se que há diversos estudos com tal foco. Dentre outras pesquisas desenvolvidas na área, Paleias e Bacci (2004) abordaram a retrospectiva histórica sobre o desenvolvimento da Contabilidade no Brasil, incluindo a implantação de um sistema de Contabilidade Pública em São Carlos, Estado de São Paulo. Paleias et al (2007) abordaram marcos relevantes da evolução da sociedade, no mundo e no Brasil, inclusive o impacto que alguns eventos econômicos, políticos e sociais tiveram nessa evolução.

Darós e Pereira (2009) estudaram a análise das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público, abordando as mudanças e os desafios a elas atrelados. Já Farias (2013), abordou como objeto de estudo a conformidade do registro de gestão, tendo como objetivo central identificar a relevância da aplicação do procedimento de conformidade dos registros de gestão em uma instituição pública federal.

Nascimento (2011), por sua vez, abordou a efetividade dos ciclos políticos sob o aspecto contábil, tendo como objetivo central demonstrar de que forma os indicadores contábeis podem estar relacionados ao comportamento dos governantes.

Segundo Paleias e Bacci (2004. p. 51) a evolução da ciência contábil sempre esteve ligada ao desenvolvimento da humanidade, inclusive no Brasil, sobretudo a partir do século XIX, com o decorrer dos anos o desenvolvimento se intensificou e, principalmente, a partir do século XX, surgiram novas situações, exigindo respostas rápidas e consistentes da Contabilidade. Segundo os autores, esse processo continua com intensidade ainda maior, em função da velocidade e do impacto das mudanças.

Considerando o histórico de Contabilidade predominantemente orçamentária, o processo de evolução da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil passou por diversos períodos. Levando em consideração as mudanças mais recentes, segundo Bernardo (2014, p. 15) o processo de mudanças na Contabilidade Governamental iniciou-se com a mudança do enfoque contábil orçamentário para o enfoque patrimonial.

Alguns aspectos dessa mudança foram confiados ao órgão central de contabilidade federal, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), conforme disciplina o inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fev de 2001, e o inciso I do art. 6º do

Decreto nº 6.976, de 7 de out de 2009.

O supracitado órgão tem diversas atribuições, dentre as quais, nos termos do artigo 18 da lei nº 10.180/01:

"Manter e aprimorar o Plano de Contas Único da União; Estabelecer normas e procedimentos para o adequado registro contábil dos atos e dos fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Federal; Instituir, manter e aprimorar sistemas de informação que permitam realizar a contabilização dos atos e fatos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da União e gerar informações gerenciais necessárias à tomada de decisão e à supervisão ministerial".

Outro aspecto dessa evolução está no fato de a Portaria da STN nº 700, de 10 de dezembro de 2014, cuja vigência se dá a partir de janeiro de 2015, a qual aprova as partes II, III, IV e V do MCASP, foi editada levando em consideração a participação do Conselho Federal de Contabilidade - CFC na fiscalização do cumprimento dos princípios contábeis por parte do poder público, consagrando esse avanço no que diz respeito à aplicação dos conceitos da Ciência Contábil ao Setor Público.

O MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público) em sua 5ª edição ressaltou que a edição da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, foi um importante marco no desenvolvimento da administração financeira e orçamentária do Brasil, tendo a mesma estabelecido regras visando promover o equilíbrio das finanças públicas, estabelecendo como principal instrumento para alcançar tal finalidade o orçamento público, resultando-se em decorrência disso uma valorização do orçamento público mais do que as normas e registros contábeis, o referido manual ressalta também a influência dos conceitos orçamentários na interpretação dos demonstrativos contábeis em detrimento dos aspectos patrimoniais.

Nesse mesmo liame, a edição da Portaria nº 828, de 14 de dezembro de 2011, posteriormente alterada pela Portaria nº 231, de 29 de março de 2012, ambas da Secretaria do Tesouro Nacional, endossa a evolução anteriormente citada, corroborando a tendência mundial de evolução da Contabilidade Pública.

A citada portaria cobrou dos entes a divulgação de um cronograma de ações relativas às principais inovações na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, isso visando à completa implementação das mudanças.

As referidas mudanças são:

"I - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas; II - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência; III - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis; IV - Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão; V - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de

infraestrutura; VI - Implementação do sistema de custos; VII - Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais; VIII - Demais aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.” (MCASP, p. 6)

De acordo com a Lei nº 4.320/64, Contabilidade será organizada de forma a permitir o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros. Conforme o mesmo dispositivo legal, a Contabilidade deverá evidenciar os fatos ligados à administração orçamentária, financeira, patrimonial e industrial. Ainda na mesma lei, percebe-se que cabe à Contabilidade evidenciar as alterações na situação líquida patrimonial, resultantes ou independentes da execução orçamentária.

Sendo assim, percebe-se que ao passo que a humanidade evolui a contabilidade também evolui, estando ambas em plena evolução.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Caracterização da Pesquisa

Considerando as tipologias de pesquisas abordadas por Beuren (2006, p.82), quanto aos objetivos esta pesquisa é caracterizada como descritiva e exploratória, apresentando uma abordagem quantitativa e qualitativa, sendo descritiva por buscar descrever aspectos da população analisada a fim de esclarecer certas características inerentes à mesma e exploratória por buscar tratar de aspectos pouco conhecidos ou estudados, buscando contribuir para o entendimento do tema nela tratado.

Em relação aos meios de investigação estudados por Gil (1999, p. 70), esta pesquisa se classifica como um levantamento. Este, segundo o referido autor, é basicamente a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoa acerca do problema estudado.

3.2 Universo e coleta dos dados

Segundo Silva (2003, p. 20) o universo da pesquisa é um conjunto que representa os indivíduos do estudo, sendo a amostra um subconjunto seu. Nestes termos, o universo da pesquisa é formado pelas Gerências Executivas da referida Autarquia Federal. Na escolha dos sujeitos da referida pesquisa, foram selecionados os contadores lotados nas Gerências Executivas do da referida autarquia espalhadas por todo o Brasil. A referida escolha se deu em decorrência de esse público está ligado à área do estudo e pela disponibilidade em relação à coleta de informações. A abordagem ampla (nacional) se deu em decorrência da

riqueza da pesquisa ao abordar tal tema nacionalmente e da utilização da tecnologia da informação, permitindo se concretizar os objetivos da pesquisa.

Como instrumento de pesquisa, utilizou-se de um questionário estruturado, composto por questões fechadas.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, abordou-se a análise dos resultados quanto ao perfil dos sujeitos da pesquisa, e as expectativas desses sujeitos frente às mudanças ocorridas na Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

4.1 Análise do Perfil

Partindo da análise dos dados apurados e tomando como ponto de partida a análise do perfil dos sujeitos da pesquisa, esboça-se o quadro abaixo, abordando, gênero, faixa etária, dentre outras informações:

Quadro 1: Breve Resumo do Perfil dos Pesquisados

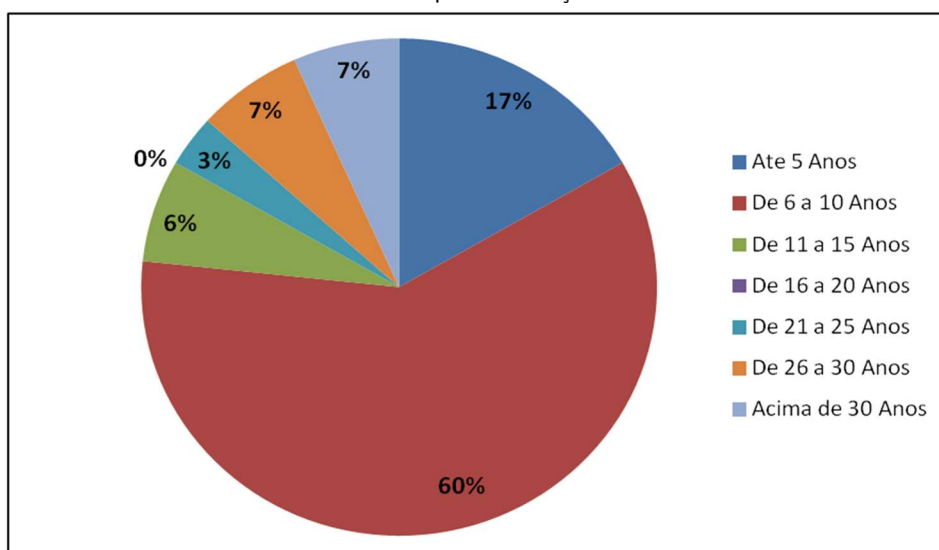
GÊNERO (%)		GRAU DE ESCOLARIDADE (%)	
Masculino	53,33	Graduação	43,33
		Especialização	50,00
Feminino	46,67	Mestrado	6,67
		Doutorado	-
FAIXA ETÁRIA - EM ANOS (%)		REGIÃO (%)	
Até 25 anos	3,33	Norte/Centro-Oeste	3,33
Entre 26 e 35	30,00	Nordeste	26,67
Entre 36 e 45	33,33	Sudeste	66,67
Entre 46 e 55	26,67	Sul	10,00
Acima de 55	6,67	-	-

Fonte: Dados da pesquisa, (2015).

Devido à estrutura administrativa da Autarquia adota-se norte/centro-oeste como uma única região. Analisando as informações acima, percebe-se que em relação à faixa etária, os dois extremos concentram um pequeno percentual, cerca de 10% do total dos servidores pesquisados, estando cerca de 90% entre os 26 e 55 anos de idade.

Outra informação relevante para nossa pesquisa diz respeito ao fato de nenhum dos pesquisados ter nível de escolaridade “Doutorado” e apenas 6,67% deles ter nível de mestrado. É importante, também, analisar o tempo de serviço desses servidores, que muitas vezes serve como indicativo de experiência na área de atuação, para isso, esboça-se o gráfico abaixo:

Gráfico 1: Tempo de Serviço em anos



Fonte: Dados da pesquisa, (2015).

Analisando o gráfico acima, percebe-se que 60% dos sujeitos da pesquisa têm entre 6 e 10 anos de serviço e que cerca de 77% dos mesmos têm até 10 anos de serviço, ou seja, grande parte está concentrada nas duas primeiras faixas, as quais correspondem a menos tempo experiência.

4.2 Expectativas Frente às Mudanças

A seguir, busca-se analisar as expectativas quanto às principais mudanças relativas à Contabilidade Aplicada ao Setor Público, como, por exemplo, as relativas ao novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

Tabela 1. Análise da frequência do grau de concordância

Assertiva	Concordância (%)		Discordância (%)		Indiferença (%)
	Total	Parcial	Total	Parcial	
A implementação do novo PCASP é uma oportunidade de aperfeiçoamento profissional.	76,67	20,00	3,33	0,00	0,00
A implementação do novo PCASP representa um obstáculo que dificultará meu trabalho.	6,67	10,00	70,00	6,67	6,67
Estou preparado para assimilar o novo PCASP, tanto na teoria como na prática.	40,00	46,67	3,33	10,00	0,00
A implementação do novo PCASP foi repentina, não havendo tempo suficiente de me adequar às mudanças.	3,33	53,33	23,33	16,67	3,34

A implementação do novo PCASP tornará mais fidedigna a informação contábil no setor público.	56,67	36,67	0,00	3,33	3,33
O PCASP atual não necessitava de atualizações, sendo sua mudança irrelevante para a contabilidade pública.	0,00	3,33	56,67	36,67	3,33
A atualização da contabilidade pública é também decorrente da convergência às normas internacionais de contabilidade pública.	83,33	16,67	0,00	0,00	0,00

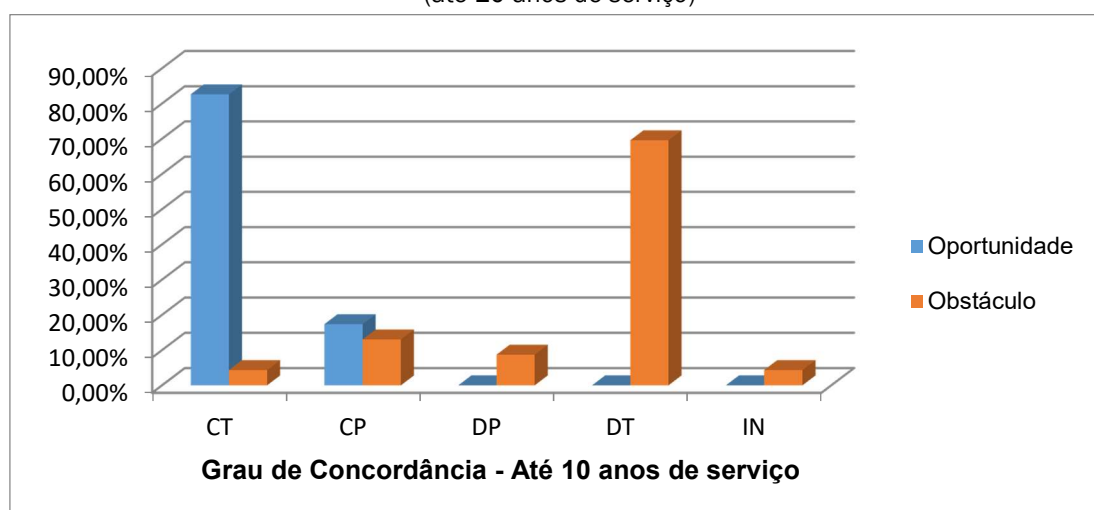
Fonte: Dados da Pesquisa, (2015).

Ao analisar a tabela acima, observa-se que o nível de concordância é absoluto quando a questão diz respeito à confluência das normas internacionais. Outro resultado expressivo se refere à oportunidade de aperfeiçoamento profissional, passando de 96% de concordância. Por outro lado, em resposta à necessidade de alterações ou não do PCASP mais de 96% discordaram ser prescindível a mudança, ou seja, afirmaram ser necessária a mudança.

A fidedignidade da informação contábil, qualidade imprescindível, foi considerada com expectativa de melhora, ou seja, os contadores afirmaram que essa qualidade será elevada. Outro ponto relevante diz respeito ao fato de mais de 86% dos contadores se considerarem preparados para assimilar todas as mudanças, prática e teoricamente, apesar de mais da metade deles afirmar que o tempo de adaptação ter sido insuficiente.

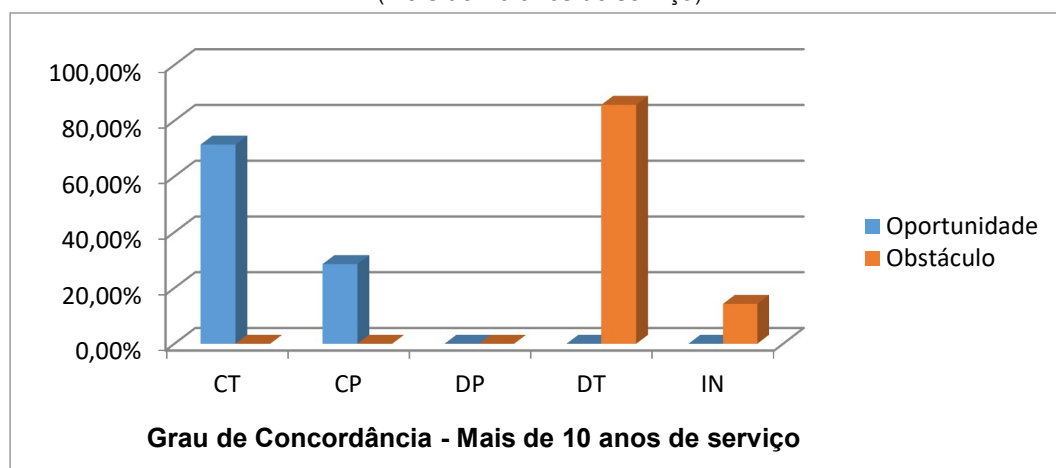
Os gráficos abaixo abordam a expectativa dos profissionais com até 10 anos de serviço (gráfico 2) e dos profissionais com mais tempo de serviço (gráfico 3) em relação à Oportunidade de aperfeiçoamento profissional e à dificuldade de implementação como obstáculo ao serviço.

Gráficos 2: Expectativas de Oportunidades e Obstáculos (até 10 anos de serviço)



Fonte: Dados da Pesquisa, (2015).

Gráficos 3: Expectativas de Oportunidades e Obstáculos
(mais de 10 anos de serviço)



Fonte: Dados da Pesquisa, (2015).

Conforme se pode observar, os gráficos acima evidenciam o percentual de pessoas que veem a implementação das mudanças (principalmente o PCASP) como uma oportunidade de aperfeiçoamento profissional, sendo aproximado esse percentual entre os gráficos acima, ao passo que mais de 78%, entre os que têm até 10 anos de serviço, e mais de 85%, entre os que têm mais de 10 anos de experiência, não encaram essas mudanças como um obstáculo que dificultará o serviço.

4.3 Expectativas Quanto à Informação Contábil

A seguir, buscou-se analisar as principais expectativas quanto à qualidade agregada à informação contábil frente à implementação das referidas mudanças.

A tabela abaixo evidencia se cada fator tem ligação com a implementação das novas normas da contabilidade pública. Para a construção da referida tabela, utilizou-se dos extremos, ou seja, os níveis máximo e mínimo.

Fator	Grau de Expectativa de Otimização (%)				
	Elevado	Razoável	Pouco	Nenhum	Indiferente
Qualidade	33,33	30,00	6,67	26,67	3,33
Capacidade de Inovação	23,33	43,33	3,33	26,67	3,34
Redução de Custos	6,67	30,00	10,00	30,00	23,33
Capacitação e Treinamento	6,67	30,00	6,67	23,33	33,33
Eficiência	13,79	58,62	10,35	13,79	3,45

Produtividade	10,35	41,38	6,90	34,48	6,89
Transparência	26,67	40,00	3,33	26,67	3,33
Economicidade	6,67	33,33	20,00	33,33	6,67
Responsabilidade	20,00	40,00	6,67	26,67	6,66
Simplificação	26,67	23,33	3,33	33,33	13,34

Fonte: Dados da pesquisa, (2015).

Analisando a tabela acima, pode-se perceber que os fatores de Qualidade, Capacidade de Inovação, Eficiência e Transparência são os que mais se destacam como fatores com maior expectativa de serem otimizados em nível elevado ou razoável através da implementação das mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, enquanto os fatores “Produtividade” e “Economicidade” são eleitos como fatores cujo nível de expectativa de mudança relativamente baixo, ou seja, não se espera elevado nível de melhorias na Economicidade na produtividade em decorrência dessas mudanças.

Quanto ao aspecto da “Simplificação”, observa-se que o mesmo figura tanto como um fator cuja presença será otimizada como diminuta, ou seja, há um posicionamento divergente entre os respondentes, polarizando-se de um lado várias pessoas que pensam que haverá simplificação no trabalho e outras que acham o contrário.

Percebe-se, ainda, que há um percentual relevante de indiferença em relação a alguns fatores, sobretudo “Redução de Custos” e “Capacitação e Treinamento”.

Sendo assim, espera-se que haja mais Qualidade e Transparência na informação contábil e esta possa trazer mais Eficiência e Inovação à Contabilidade Pública em decorrência da implementação das referidas mudanças, todavia, não se espera que as mesmas melhorem, na mesma proporção, a Produtividade e a Economicidade, assim como a Redução de Custos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho há a constatação de que, em sua grande maioria, os contadores dessa autarquia federal consideram imprescindíveis as mudanças nesse ramo da Contabilidade, sobretudo no que diz respeito ao PCASP, assim como se acham preparados para assimilar na prática todas as novidades.

Constata-se, também, que os mesmos encaram essas mudanças mais como Oportunidade profissional do que como obstáculo que possa prejudicar o exercício das atividades funcionais, tanto os mais experientes, como os que têm menos tempo de serviço.

Constata-se, ainda, que há a expectativa de que a Qualidade, a

Transparência e a Eficiência sejam otimizadas através dessas alterações no PCASP e na Contabilidade pública como um todo.

O objetivo geral desta pesquisa foi atingido, uma vez que se pôde constatar que há uma expectativa elevada na implementação das novas disposições da Contabilidade Pública, seja no que diz respeito à oportunidade de aperfeiçoamento, seja no que tange à melhoria da qualidade da informação contábil. Os objetivos específicos também foram alcançados, uma vez que se pôde identificar o perfil dos respectivos profissionais e foram extraídas suas expectativas em relação às mudanças supracitadas.

Quanto à sugestão de novas pesquisas relacionadas ao tema, indica-se o estudo Pós-implementação a fim de comparar as perspectivas obtidas nessa pesquisa e a confirmação ou não conforme a visão desses profissionais. Indica-se, ainda, a realização de pesquisa no mesmo tema, todavia, em outro ente, como, por exemplo, o governo de algum Estado da federação ou município.

REFERÊNCIAS

ASSUMPCÃO, MARCIO JOSÉ. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Curitiba: Ibpex, 2011.

BERNARDO, F. D. **As mudanças no controle interno contábil de uma Autarquia Federal para adequação ao enfoque patrimonial da Contabilidade Pública**. 2014. 125 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 de março de 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 17 out. 2015.

_____. Congresso Nacional. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 de fevereiro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10180.htm>. Acesso em: 19 out. 2015.

_____. Presidência da República. Decreto nº 6.976, de 7 de outubro de 2009. Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 7 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6976.htm>. Acesso em: 19 de out. 2015.

_____. Ministério da Fazenda. Portaria nº 700, de 10 de dezembro de 2014. Aprova as Partes II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III – Procedimentos Contábeis Específicos, IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público da 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de dez. 2014, seção 1, pg. 173.

_____. Ministério da Fazenda. Portaria nº 828, de 14 de dezembro de 2011. Altera o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/PortSTN_828_20111214.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

_____. Ministério da Fazenda. Portaria nº 231, de 29 de março de 2012. Altera o prazo de divulgação do cronograma de ações para adequação aos procedimentos contábeis apresentados na Portaria STN nº 828/2011 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 de março de 2012. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Portaria_STN_231_2012.pdf>. Acesso em: 19 out. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade: Contabilidade Aplicada ao Setor Público. NBCs T 16.a a 16.11.** Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012.

DARÓS, L. L.; PEREIRA, A. S. Análise das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP: Mudanças e Desafios Para a Contabilidade Pública. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 9., 2009, São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP, 2009. p. 1-11.

FARIAS, S. **Aplicação do Procedimento de Conformidade dos Registros de Gestão.** 2013. 248 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1999.

INTERNATIONAL ORGANIZATION OF SUPREME AUDIT INSTITUTIONS (INTOSAI). **Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores: Princípios Fundamentais de Auditoria nível 3.** Vienna: INTOSAI, 2015.

NASCIMENTO, L. S. do. **A Efetividade dos Ciclos Políticos nos Municípios Brasileiros: uma abordagem Contábil**. 2011. 122 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

PALEIAS, I. R.; BACCI, J. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. São Paulo: **Revista Administração On Line – FECAP** –, v. 5, nº 3, p. 39-54, 2004. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art0503/art5034.pdf>. Acesso em: 16 out. 2015.

PALEIAS, I. R. et al. Evolução do Ensino da Contabilidade no Brasil: Uma Análise Histórica. *Revista Contabilidade e Finanças*, São Paulo, p. 19 - 32, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18nspe/a03v18sp.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2015.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. 5 ed. Brasília: STN, 2012.

SILVA, A. C. R. da. *Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2003.

ABSTRACT: This work was developed aiming to identify the expectations of Counters from a federal autarchy on the implementation of new standards for public accounting. In order to do this, we used a questionnaire as research tool. We also used a survey with quantitative and qualitative approach and we qualify our research as descriptive and exploratory. The subjects of our research were Counters spread throughout the Executive Management of this autarchy in Brazil. Results show that there are improvement expectations in quality and transparency of accounting information, as well as reliability. On the other hand, aspects such as productivity and economy do not arouse the same expectation. As for the professional regarding expectations, the Professional Development Opportunity was distinguished.

KEYWORDS: Public Accounting, Developments and changes, Chart of Accounts. Expectations.

Sobre o organizador

RUDY DE BARROS AHRENS Doutorando em Engenharia da Produção com linha de pesquisa em QV e QVT, Mestre em Engenharia de Produção pela UTFPR com linha de pesquisa em QV e QVT, mestre em Administração Estratégica com linha de pesquisa em máquinas agrícolas pela UNAM - Universidade Nacional de Misiones - Argentina , Revalidado pela UNB- Universidade de Brasília em 2013, especialização em Comportamento Organizacional pela Faculdade União e 3G Consultoria e graduado em Administração com ênfase análise de sistemas pelo Centro Universitário Campos de Andrade (2004). Atualmente é coordenador do curso de graduação em Administração e do curso de Pós- Graduação/MBA em Gestão Estratégica de Pessoas pela Faculdade Sagrada Família – FASF.

Sobre os autores

ADRIANA LEÔNIDAS DE OLIVEIRA Graduada em Psicologia pela UNITAU (1992), mestrado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela PUC São Paulo (2000), doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela PUC São Paulo (2005) e Pós-Doutorado em Administração de Empresas pela EAESP-FGV. Atualmente é professor assistente doutor da Universidade de Taubaté, atuando como Diretora do Departamento de Psicologia e como professora no Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional/Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional). Tem experiência na área de Psicologia da Saúde e Psicologia Organizacional e do Trabalho.

ADRIANO AUGUSTO DE SOUZA Analista Técnico II no SEBRAE SP; Professor de Ensino Técnico e Tecnológico no Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza”. Bacharelado em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas de Itararé/ FAFIT; MBA em Controladoria pela Universidade Anhanguera/UNIDERP de Sorocaba/SP. Especialista em Direito Tributário pela Universidade Candido Mendes do Rio de Janeiro. Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR/Curitiba. Graduando em Tecnologia em Gestão Empresarial pela Faculdade de Tecnologia de Itapetininga-SP - Centro Paula Souza. Graduando em Licenciatura em Matemática pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR/Cornélio Procópio.

ALINE LOUISE DE OLIVEIRA Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC ; Mestrado em Administração pela Universidade Regional de Blumenau - FURB; Coordenadora de Pesquisa - IFC. E-mail para contato: aline.oliveira@ifc.edu.br

ANAYSA BORGES SOARES Graduada em Nutrição pela Universidade Federal da Grande Dourados; Mestranda em Agronegócios pela Universidade Federal da Grande Dourados.

ANDRÉ SANTOS DE OLIVEIRA Graduação em Administração pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (FACEL), em Curitiba-PR; Mestrado em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), em Itajaí-SC; Doutorando em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade de Blumenau (FURB), em Blumenau-SC; E-mail para contato: andreoliveira.ufpr@gmail.com

BRUNO DE ARAUJO AZEVEDO É Técnico em Telecomunicações, pela Escola Técnica Redentorista - ETER (2006). Possui graduação em Direito, pela Universidade Estadual da Paraíba (2014). Mestrando em Administração Pública, pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. É Advogado, atuante nas áreas pública e privada. Atualmente é Servidor Público Federal vinculado à Universidade Federal de Campina Grande. E-mail para contato: bruno8809@gmail.com

CAMILA KARLA SANTOS DA SILVA VALENTINO Possui graduação em Administração pela Universidade Federal de Alagoas(2010), especialização em Administração, Finanças Empresariais e Negócios pela Escola Superior Aberta do Brasil(2016). Está cursado o Mestrado Profissional em Administração Pública – PROFIAP. Atualmente é Administradora da Universidade Federal de Alagoas Campus Sertão.

CAROLINA YUKARI VELUDO WATANABE Professora da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Bacharel em Matemática Aplicada e Computação Científica (2006) Mestre (2007) e Doutora (2013) em Ciência da Computação e Matemática Computacional pela Universidade de São Paulo (ICMC-USP São Carlos). Desde 2015 atua como docente e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração na Universidade Federal de Rondônia, na linha de pesquisa Estratégia, Gestão e Tecnologia em Organizações. Suas pesquisas na área de Administração incluem Estratégia e processo decisório, Aprendizagem em Organizações e Inovação e Tecnologia em Organizações

CESAR AUGUSTO ILÓDIO ALVES Graduado em Administração pelo Centro Universitário Módulo (2003), especialista em Administração e Marketing Esportivo pela Universidade Gama Filho (2011), mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela UNITAU (2017). Atualmente é professor do quadro permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFSP) na área de Gestão. Tem experiência na área de Gestão, Recursos Humanos, Marketing, Diversidade e Gêneros com enfoque no Trabalho da Mulher.

CITANIA APARECIDA PILATTI BORTOLUZZI Mestre em Administração - Ênfase em Sustentabilidade pela Unoesc – Chapecó (2016); Graduada em Ciências Contábeis pelas Faculdades Reunidas de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas de Palmas/PR- FACEPAL (2000). Tem experiência na área de Administração e Ciências Contábeis. Atua como Professora de cursos Técnicos e profissionalizantes no Senac unidade de Xanxerê. Também atua como professora de ensino superior na UCEFF - Unidade Central de Educação FAEM/Chapecó.

CLAUDIA MARIA SONAGLIO Professor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil; Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM; Doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa, UFV; E-mail para contato: claudia.sonaglio@gmail.com

CLÁUDIO ZANCAN Professor Adjunto vinculado a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade na Universidade Federal de Alagoas.; Graduação em Ciências Contábeis (2000); Especialização em Marketing (2001) e Especialização em Comércio Exterior (2002); Mestrado em Administração na linha de pesquisa Marketing Industrial (2005).; Doutorado em Administração na linha de pesquisa Inovação e Redes de Cooperação Interorganizacional (2010).; Grupo de pesquisa:

pesquisa sobre Redes de Cooperação Interorganizacional e Inovação na Administração Pública.

CLEIDE VASCONCELOS DANTAS Servidora Técnica da Universidade Federal de Alagoas; Graduação em Logística pela Universidade Estácio de Sá (2012); Especialização em Administração Pública pela Faculdade Internacional Signorelli; Mestranda em Administração Pública no Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP/Universidade Federal de Alagoas – UFAL; Grupo de pesquisa: Grupo de Pesquisa em Gestão de Políticas Públicas; E-mail para contato: cleidevdantas@gmail.com.

DAIANE PEREIRA DE SOUZA Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul; Mestranda em Agronegócios pela Universidade Federal da Grande Dourados; E-mail para contato: daihpereiradsouza@hotmail.com

DAVID RODRIGO PETRY Doutorando em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) na linha de pesquisa de Estratégia e Competitividade e Pós Graduando em MBA em Perícia Contábil pela Universidade Cândido Mendes (UCAM-RJ); Mestre em Administração (2016), Pós-Graduado em Planejamento Estratégico - Controladoria e Finanças (2014) e Graduado em Ciências Contábeis (2013) pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Atua como Perito Contábil e como Professor na UNOESC nos cursos de Ciências Contábeis e Administração. Atua ainda como professor nos cursos de Pós-Graduação na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP-SC).

DAYANA ALVES FERREIRA Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Alagoas-UNEAL (2007), graduação em Administração de Empresas pela Universidade Norte do Paraná (2012), graduação em Educação Física Licenciatura-UFAL (2014); Especialização em Administração Pública(UFAL); Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional -FECR e Mídias na Educação (UFAL); Mestranda do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP/Universidade Federal de Alagoas – UFAL; Grupo de pesquisa: Grupo de Pesquisa em Gestão de Políticas Públicas; E-mail para contato: dayanadocente@hotmail.com.

DENISE AGUENA UECHI Graduação em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Especialização em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER); Mestrado em Tecnologias Ambientais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Doutoranda em Tecnologias Ambientais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

ELIANE MOREIRA SÁ DE SOUZA Professor da Universidade Federal de Goiás; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Goiás; Graduação em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina; Mestrado em Engenharia de Produção

área de Inteligência Artificial pela Universidade Federal de Santa Catarina; Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina; Pós Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina; Grupo de pesquisa: É pesquisadora das áreas de competitividade, estratégia, sistemas agro-industriais, EaD e programas stricto sensu em rede

ELOY FASSI CASAGRANDE JUNIOR Doutorado em Engenharia de Recursos Minerais e Meio Ambiente pela Universidade de Nottingham em 1996; - Pos-Doutorado no Instituto Superior Técnico (IST - Portugal) em 2007; - Professor do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Antigo CEFET-PR); Professor Adjunto do Doutorado Interinstitucional com a Universidade Federal do Piauí (DINTER PPGTE/UTFPR-UFPI); Coordenador do Projeto Escritório Verde, A Primeira Edificação Sustentável da Utfpr; - Atualmente Coordena 3 Projetos de Pesquisa, Atua na Área de Inovação Tecnológica, com Ênfase em Desenvolvimento Sustentável.

ELVIRA APARECIDA SIMÕES DE ARAÚJO Graduada em Psicologia pela UNITAU (1984), mestrado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano pela USP (1997) e doutorado em Educação pela UNICAMP (2008). Atualmente é professora assistente doutora da Universidade de Taubaté no Departamento de Psicologia e nos Mestrados de Gestão e Desenvolvimento Regional e Planejamento e Desenvolvimento Regional. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Educacional e Escolar, atuando principalmente nos seguintes temas: análise do comportamento, psicologia escolar, formação do psicólogo, ensino e aprendizagem, habilidades sociais e inclusão escolar.

EMANUEL VARELA CARDOSO Possui graduação em Administração pela Faculdade Católica Santa Teresinha (FCST), e pós graduação com MBA em logística empresarial pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). É Mestrando em Administração Pública, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Participa do grupo de pesquisa: Gestão de Cidades e Desenvolvimento Urbano, promovido pela Universidade Federal de Campina Grande, e formado em 2014; sob orientação do Prof. Dr. José Irivaldo Alves de Oliveira Silva, na área de conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas. Atualmente é Servidor Público Federal vinculado à Universidade Federal de Campina Grande. E-mail para contato: admevc@hotmail.com

FLÁVIO DE SÃO PEDRO FILHO Professor da Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Graduação em Administração pela Universidade Federal da Bahia - UFBA; Graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Visconde de Cairu - FVC; Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Doutor em Gestão de Empresas pela Universidad Autónoma de Asunción, UAA; Grupo de pesquisa: Grupo de Pesquisa em Gestão da Inovação e Tecnologia - Geitec. E-mail para contato: flavio1954@gmail.com

FRANCISCO CANIÇALI PRIMO Engenheiro Eletricista na Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em

Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo; Graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail para contato: franciscoprimo@gmail.com

FRANCISCO VALMIR DIAS SOARES JUNIOR Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN; Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Internacional Signorelli - FIS; Mestrando em Administração Pública (PROFIAP) pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG; valmir.jr.85@gmail.com

GABRIELLI DO CARMO MARTINELLI Graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS pela Universidade FEDERAL DA GRANDE DOURADOS-UFGD; Mestranda em AGRONEGÓCIOS pela Universidade FEDERAL DA GRANDE DOURADOS-UFGD;

GÊNESIS MIGUEL PEREIRA Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Especialista em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal pelo Centro Universitário Internacional - UNINTER; Mestrando em Administração Pública (PROFIAP) pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG; genesis.miguel@hotmail.com

GEORGE TARCÍSIO DE MEDEIROS DA SILVA Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN; Mestrando em Administração Pública (PROFIAP) pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG; georgecontador@hotmail.com

GERALDINO CARNEIRO DE ARAÚJO Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Membro do corpo docente do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Escola de Administração e Negócios (UFMS/ESAN); Graduação em Administração pela Faculdades Integradas Rui Barbosa; Mestrado em Agronegócios pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Doutorado em Administração pela Universidade Nove de Julho

GILBERTO RODRIGUES CARNEIRO Possui graduação em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, (2011). Possui graduação em Direito (2016), ambas pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. É pós graduando Lato Sensu em Direito Administrativo pela Universidade Anhanguera - Uniderp; e Mestrando em Administração Pública, pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. É Jurista, com experiência em Direito Público, com foco em Direito Administrativo. É comunicador, com experiência em mídias digitais e plataformas sociais. Atualmente é Advogado e exerce profissionalmente o cargo de Diretor Executivo de e-commerce. E-mail para contato: gibarodrigues88@gmail.com

GISLANE MARTINS SILVA DE ABREU Graduação em Sistemas de Informação pelo Instituto de Ensino Superior da Paraíba(2010); Graduação em Tecnologia em Web Design e Programação, pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2011). Pós-Graduação Lato Sensu em Tutoria em Educação à Distância pela Universidade Cândido Mendes (2015). Mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR; E-mail para contato: gislane.abreu@ifro.edu.br

HELIANE PRATA SARMENTO Professora do Centro Universitário FAESA; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Recursos Humanos Do Centro Universitário FAESA; Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo; Especialista em Recursos Humanos pela FAESA e em Políticas Públicas pelo IFES. Mestranda em RECURSOS HUMANOS E GESTÃO DO CONHECIMENTO pela FUNIBER; Grupo de pesquisa: Gestão de Recursos Humanos em Empresas Públicas. E-mail para contato: helianeprata@hotmail.com

ÍTALO DE PAULA CASEMIRO Graduação em Administração pelo Instituto de Ensino Superior do Acre - IESACRE; Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Grupo de pesquisa: Grupo de Pesquisa em Gestão da Inovação e Tecnologia – Geitec. E-mail para contato: itcasemiro@hotmail.com

JANAINA MENDES DE OLIVEIRA Possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1990), mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em inovação tanto na área empresarial como pública. Atua como professora adjunta na Universidade Federal de Pelotas e é professora visitante na Universidade de Lisboa onde fez pós-doutorado .

JOSÉ EDUARDO KLEMS RIBEIRO Graduação em Gestão Pública pela UNINTER; Mestrando em Gestão de Políticas Públicas na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); E-mail para contato: jeduardo@gmail.com

JOYCE FRADE MACHADO Graduação em Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Especialização em Gestão Financeira pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Mestranda em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP) na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Escola de Administração e Negócios (UFMS/ESAN); E-mail para contato: jfradem@yahoo.com.br

JULIO CANDIDO DE MEIRELLES JUNIOR Professor da Universidade Federal fluminense; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PGPPD) da Universidade Federal Fluminense – Mestrado profissional em Administração Pública – PROFIAP; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Presidente Antonio Carlos, Minas Gerais.

Mestrado em Ciências contábeis pela Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações; Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em agropecuária pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Grupo de pesquisa: Análise de risco e Controladoria estratégica – ARCONTE. Instituto de Ciências Humanas e sociais de Volta Redonda; Núcleo de Pesquisas Contábeis; Departamento de Contabilidade.

KÁTIA CRISTINA CABRAL MONTEIRO GALVÃO Servidor Técnico Administrativo no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES); Membro do corpo de especialistas da área de Gestão de Pessoas do IFES, de 2006 a 2017; Graduação em Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos pelo CET-FAESA; Especialização em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pelo Centro Universitário FAESA. Mestrado em Administração pela FUCAPE; E-mail para contato: katiacgalvao@ifes.edu.br

LUANA CARVALHO ARAÚJO PAVÃO Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará - UFC; Especialista em Gestão Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal pela Escola Superior Aberta do Brasil - ESAB; Mestranda em Administração Pública (PROFIAP) pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG; luana.araujo86@gmail.com

LUCIANA PEIXOTO SANTA RITA Professora da Universidade Federal de Alagoas; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Alagoas; Graduação Economia pela Universidade Federal de Alagoas; Graduação em Direito pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió; Especialização em Gestão da Inovação e Tecnologia pela Universidade Federal de Alagoas; Especialização em Direito Empresarial pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió, CESMAC; Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Alagoas; Doutorado em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEAC/USP; Grupo de pesquisa: Gestão de Políticas Públicas; E-mail para contato: lupsantarita@gmail.com

LUCIANE SANTOS PRADO Administradora da Universidade Federal de Alagoas; Graduação em Administração pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia; Especialização em MBA em Gestão Hospitalar pelo Instituto Brasileiro de Pós-Graduação e Extensão-IBPEX; Mestranda em Administração Pública pela Universidade Federal de Alagoas; Grupo de pesquisa: Gestão de Políticas Públicas; E-mail para contato: luciane.prado@fau.ufal.br

LUCIANO CASTRO DE CARVALHO Professor da Universidade Regional de Blumenau -FURB. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Administração e Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau – FURB; Graduação em Administração pela Universidade Estácio de Sá de Vila Velha-ES ; Mestrado em Administração pela Universidade Regional de Blumenau – FURB; Doutorado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas – EAESP/FGV; Grupo de pesquisa em Inovação e Competitividade. E-mail para contato: lccarvalho@furb.br

LUÍS GUSTAVO CARVALHO Mestre em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) na linha de pesquisa Tecnologia e Desenvolvimento (2016); Bacharel em Administração pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2017); Graduação em Curso Superior de Tecnologia em Eletrotécnica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (2004); Especialização em Eficiência Energética na Indústria pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2008); Especialização em Administração Estratégica e Gestão da Qualidade pela Faculdade Internacional de Curitiba (2005); Atua na Área de Planejamento Técnico e como integrante de Conselho Técnico. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Planejamento Técnico, Logística e Certificação Técnica.

LUIZ ANTÔNIO COELHO DA SILVA Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública (PROFIAP) da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG; Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB; Especialista em Gestão Pública pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB; Mestrado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Doutorado em Ciências Sociais com área de concentração em Política, Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; luidd@yahoo.com.br

MARCELO RIBEIRO SILVA Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração em Rede (Profiap); Graduação em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração de Varginha (FACECA); Mestrado em Administração pela Universidade Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC); Doutorado em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail para contato: profmarceloufms@hotmail.com

MARCELO ROSA PEREIRA Servidor da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo; Graduação em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenador do Programa de Extensão em Modernização da Gestão Pública. E-mail para contato: marcelorosanp@gmail.com

MÁRCIA CELIANY RODRIGUES MEDEIROS Graduação em Serviço Social pela Universidade Potiguar - UNP; Especialista em Políticas Públicas e Intervenção Social pelo Instituto de Formação Superior do Ceará; marciapeixotodemedeiros@hotmail.com

MARCO ANTONIO HARMS DIAS Professor titular da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); Graduação em Administração de Empresas pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); Mestrado em Relações Econômicas e Sociais Internacionais pela Universidade do Minho

(UMINHO), Portugal; Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento (Conceito CAPES 5) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);

MARIA CRISTINA FERREIRA SILVA PIRES Administradora da Universidade Federal de Alagoas; Graduação em Administração pela Universidade Estadual de Alagoas; Especialização em Gestão Pública pela Universidade Federal de Alagoas; Mestranda em Administração Pública pela Universidade Federal de Alagoas; Grupo de pesquisa: Gestão de Políticas Públicas; E-mail para contato: maria.cristina@penedo.ufal.br

MARILUCE PAES DE SOUZA Professor da Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública - PROFIAP da Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Graduação em Administração pela Universidade Federal de Rondônia (1984); Especialização em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Federal de Santa Catarina (1989); Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999); Doutora em Ciências Socioambientais pela Universidade Federal do Pará - UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA (2004). Pós-Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2012); Grupo de pesquisa: em Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável; E-mail para contato: mariluce@unir.br;

NATÁLIA TALITA ARAÚJO NASCIMENTO Professora da Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Graduação em Administração pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente - PGDRA/UNIR; Grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa em Gestão da Inovação e Tecnologia - Geitec; Estudos Interdisciplinares em Contabilidade e Gestão Organizacional. E-mail para contato: natalia.araujo@unir.br

OSMAR SIENA Professor da Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública - PROFIAP da Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Graduação em Física pela Universidade Estadual de Londrina - UEL (1980); Mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (1993); Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2002) ; Grupo de pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável; E-mail para contato: siena@unir.br

PAOLA PINHEIRO BERNARDI PRIMO Servidora da Universidade Federal do Espírito Santo; Graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal do Espírito Santo; Mestrado em Gestão Pública pela Universidade Federal do Espírito Santo; Membro do Grupo de pesquisa Laboratório de projetos em Saúde Coletiva. E-mail para contato: paola.primo@ufes.br

PATRIC DOUGLAS GRISELI Graduação em Administração pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS; Mestrando em Administração pela Universidade Regional de Blumenau - FURB; Grupo de pesquisa: Inovação. E-mail para contato: patric.griseli@ifc.edu.br.

PAULO ADRIANO DA SILVA Procurador do Estado de Rondônia – PGE/RO; Graduação em Direito pela Faculdade de Rondônia – FARO; Pós-Graduando em Direitos Humanos e Ressocialização pela Universidade Cândido Mendes - UCAM; Grupo de pesquisa: Grupo de Pesquisa em Gestão da Inovação e Tecnologia – Geitec. E-mail para contato: paulo@pge.ro.gov.br

RACHEL KERBER GONÇALVES Possui graduação em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008) com ênfase em Gestão de Pessoas e especialização em Gestão Pública também pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012). Exerce o cargo de Administradora em Órgão Público desde o ano de 2009. Atuou no Departamento Estadual de Trânsito por 2 anos e atualmente exerce suas atividades na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Organizações Públicas, Terceirização, Elaboração de Termos de Referências, Editais e Contratos

REGINA MARIA DA SILVA Mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede – PROFIAP, na Universidade Federal de Goiás – UFG. Graduada em Gestão Pública pela Universidade Norte do Paraná – Unopar. Desenvolvendo Dissertação na linha de pesquisa “Administração Pública”, sub área “Políticas Públicas: Formulação e Gestão” para conclusão do mestrado, sob Orientação do professor Dr. Willer Luciano de Carvalho. Atuou profissionalmente na área administrativa em organizações de saúde e atualmente é servidora pública técnica administrativa do Poder Executivo.

ROBSON GONÇALVES CHAPARRO Graduação em Administração pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB); Graduação em Teologia pela Universidade da Grande Dourados (UNIGRAN); Especialista em Comportamento Organizacional e Gestão de Pessoas pela Escola Superior Aberta do Brasil (ESAB); Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail para contato: robson.chaparro@hotmail.com

RODRIGO DE LIMA PINHEIRO Graduado em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Alagoas (2003), especialista em Banco de Dados pela Faculdade de Alagoas- FAL (2009) e Mestre em Modelagem Computacional do Conhecimento pela Universidade Federal de Alagoas (2013). Possui interesses em administração de banco de dados, mineração de dados, reproducible research e indicadores da pesquisa científica. Servidor Público Federal desde 2004 no cargo de Analista de Tecnologia da Informação, sendo Coordenador Técnico do NTI durante 3 anos (2006-2008 e 2010) e Diretor durante o ano de 2009, atua

também no suporte a Tecnologia da Informação no Laboratório de Computação Científica e Visualização LCCV/UFAL.

ROGÉRIO ELÓI GOMES BEZERRA Graduação em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); MBA em Gestão Estratégica de Negócios, pela Faculdade Anhanguera de Dourados (FAD); Mestrado em Administração Pública, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

ROQUEMAR DE LIMA BALDAM Professor da Universidade Ifes e Ufes; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Ufes; Graduação em Engenharia Mecânica pela Ufes; Mestrado em Engenharia de Produção pela UFRJ; Doutorado em Engenharia de Produção pela UFRJ; Grupo de pesquisa: GESIP. E-mail para contato: roquemar.baldam@ifes.edu.br

ROSÁLIA MARIA PASSOS DA SILVA Professora Adjunta da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGMAD na UNIR em Porto Velho; Graduação em Estatística pela Universidade Federal do Ceará; Mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. Doutorado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Grupo de pesquisa: Atua no Centro de Estudos Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável da Amazônia-CEDSA, nas linhas de pesquisa Sistemas Agroambientais e Sustentabilidade, Gestão de Organizações e Arranjos Produtivos Locais. Desenvolve pesquisa sobre processo decisório e sistemas de informação como apoio à decisão com ênfase em Administração Pública.

SÂMIA LAISE MANTHEY BENEVIDES Professora colaboradora da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Graduação em Psicologia pelo Instituto Luterano de Ensino Superior de Porto Velho, ULBRA; Mestrado em Administração (em andamento) pela Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Grupo de pesquisa: Membro do Grupo de Pesquisa em Gestão da Inovação e Tecnologia - GEITEC da UNIR. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES

SIMONE SEHNEM Doutora em Administração e Turismo pela UNIVALI/SC (2011). Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (2007). Graduada em Agronegócios (2005) e em Administração (2010) pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). Atua como Professora e Pesquisadora na Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) no Doutorado Acadêmico em Administração e no Mestrado Profissional em Administração no qual desenvolve estudos nas Linhas de Pesquisa Sustentabilidade em Organizações e Competitividade do Agronegócio. Além disso, possui vínculo no Mestrado em Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) em Florianópolis/SC na área de concentração Desempenho e Inovação de Organizações.

THALMO DE PAIVA COELHO JÚNIOR Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Graduação em Engenharia Metalúrgica pela UFF. Especialização em Educação Tecnológica pela UFES, e em Didática e Pedagogia pela UFES; Mestrado em Engenharia Metalúrgica e de Materiais pela UFRJ; Doutorado em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ.

THAYSE DOS SANTOS FONSÊCA PINHEIRO Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (2010). É Pós-Graduada em Planejamento Educacional e Políticas Públicas pela Faculdade Integrada da Grande Fortaleza (2011). Atuou na Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL (2011-2015), e no Hospital Universitário Alberto Antunes – HUPAA/UFAL (2014), em ambos no cargo de Assistente Social. Atualmente está cursando Mestrado Profissional em Administração Pública - PROFIAP/UFAL. É Assistente Social da Universidade Federal de Alagoas – UFAL desde 2015, atuando na assistência ao estudante universitário.

THIAGO BARRETO SANTOS Graduação em Administração pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Especialista em Administração Pública pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá (FIJ); Mestrado em Administração Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail para contato: thiagobarretovc@yahoo.com.br

THIAGO PACIFE DE LIMA Professor de Matemática no Instituto Federal de Rondônia - IFRO; Graduação em Matemática pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus de Ji-Paraná; Mestrado em Administração (em andamento) pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR; Grupo de pesquisa: Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Inovação e Sustentabilidade da Amazônia – GEPISA/IFRO. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES

TOMÁS DANIEL MENENDEZ RODRIGUEZ Professor Titular da Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração – PPGMAD e do Mestrado Profissional de Matemática em Rede Nacional – PROFMAT na UNIR em Porto Velho; Graduação em Matemática pelo Instituto Superior Pedagógico "Juan Marinello" de Matanzas (1982). Doutorado em Matemática na Saint Petersburg State University (1992). Pós-Doutorado em Matemática na Associação Instituto de Matemática Pura e Aplicada - IMPA, Rio de Janeiro em 2004. Tem experiência docente e de pesquisa nas áreas de Matemática (Análise Funcional e Equações Diferenciais), Matemática Aplicada e Modelagem, Matemática Financeira, Matemática Computacional, Pesquisa Operacional, Construção de Índices e Indicadores.

WILLER LUCIANO CARVALHO Professor da Universidade Federal de Goiás. Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da

Universidade Federal de Goiás; Graduação Engenharia Civil pela Universidade Federal de Goiás; Mestrado em Transportes pela Universidade de Brasília; Doutorado em Transportes pela Universidade de Brasília; Grupo de pesquisa: Planejamento de Transporte, operação e logística

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-40-0



9 788593 243400